

Manuel
de
Lemos
e
Anselmo
Aníbal

Subdesenvolvimento socio-económico e subdesenvolvimento intelectual:

um estudo sobre adultos jovens
portugueses, do sexo masculino

Embora já não existam dúvidas pertinentes acerca das influências activas dos factores socio-económicos e socio-culturais sobre os comportamentos dos indivíduos e dos grupos, as capacidades intelectuais, e, mais precisamente, a inteligência geral ou abstracta, continuam frequentemente a ser consideradas como um dom individual, independente desses factores. Ora, o pôr em relevo, com base numa amostragem de população portuguesa, é que mesmo a inteligência geral necessita de um mínimo de condições sociais que permitam a sua evolução e que, faltando essas condições, aparecem elevadas percentagens de indivíduos involuídos intelectualmente. O subdesenvolvimento socio-económico e cultural produz inegáveis efeitos de subdesenvolvimento mental.

1. Psicologia social: os grupos e o indivíduo

O dado sumário da influência recíproca *homem-circunstância* tem sido objecto, nos últimos decénios, de um tratamento científico, a partir de técnicas em uso em Sociologia, em Economia e em Psicologia — e, de um modo geral, podemos dizer que as condições socio-económicas, o facto de se viver numa zona urbana ou rural, as circunstâncias familiares, etc., afectam todo o modo de agir e de reagir do indivíduo.

O processo influenciador do «socius» sobre o comportamento individual tem sido analisado nas suas incidências predominante-

mente sociológicas, havendo ainda muito a aperfeiçoar nos domínios, um tanto ambíguos, do que se denomina *Psicologia Social*. Esta, como se sabe, procurou, antes do mais, compreender o processo da *socialização* realizado em cada homem e descobriu, desde DÜRKHEIM e MAURICE HALBWACHS, como mesmo as representações mais íntimas têm de ter pontos de contacto com representações socializadas.

Da mesma forma, o problema da «socialização» da criança, nas análises aturadas de PIAGET e WALLON, conduziu-nos a pôr em relevo a sua importância capital que, mais vincadamente em WALLON, se expressa pela conclusão de que «(...) o indivíduo e a sociedade estão confundidos desde o início, havendo uma comunicação constante entre ambos».

A Psicologia Social enveredou assim, e a pouco e pouco, pelo estudo das questões fundamentais da «socialização», através da análise de *grupos* restritos ou largos. Com WALLON, por exemplo, aprendemos a dar uma importância capital aos grupos nos quais a criança inicia e prossegue a sua aprendizagem social, correspondendo, em parte, a este respeito, à questão de DÜRKHEIM a propósito da «socialização» nos grupos particulares. Assiste-se, no âmbito da Psicologia Social, ao estudo do *comportamento individual em grupos relativamente restritos*, nem sempre sociologicamente significativos, à escala de turmas escolares ou de secções dentro de empresas.

De MORENO a MAISONNEUVE, tem sido esta a perspectiva mais usual, estruturando (e confundindo-se com) uma *sociometria*, quase sempre descritiva, que tenta avaliar o «papel» do indivíduo num grupo, que ensaia melhoramentos nos processos anquilosados e viciados de trabalho, tentando, por vezes, uma melhoria da rentabilidade do grupo, etc. A Psicologia Social, em suma, interessa-se por o que *cada um* é, em função do que recebeu ou dá ao *grupo* de que faz parte.

2. **Psicossociologia: os contextos socio-económicos e culturais em Psicologia**

Está, há muito, em estudo o papel activo, ou alienante, que as condições de vida e os níveis socio-económicos exercem no desenvolvimento da criança, do adolescente e do adulto. A ligação entre a *economia* (os quadros materiais do desenvolvimento) e a *psicologia* situa-se na tradição de HALBWACHS. ROUSSELET, por exemplo, investigou a influência dos factores socio-económicos no momento da entrada no trabalho, mostrando-nos as diferenças (hauridas desde o tipo de escola e o tipo de ensino) entre os adolescentes dos meios rurais e dos outros meios.

È dentro destes horizontes que, no âmbito dos estudos dos vários contextos em que se insere a Psicologia, se perspectiva uma outra linha de investigação, preocupada com o estudo da multiplicidade de processos de «identificação» que se opera no contacto com a sociedade, pela aquisição progressiva dos elementos socio-culturais, atendendo, no entanto, à correlação inevitável com a «zona social» de que indivíduos e grupos dependem; a denominação que julgamos mais precisa será a de Psicossociologia (e não de Psicologia Social) embora seja, por enquanto, prematuro estabelecer uma compartimentação decisiva entre ambas. A «zona social» é uma complexa rede de estruturas e de infra-estruturas, sendo evidente que os *estatutos sociais* pré-determinam o que vai ser o *comum* dos indivíduos insertos neles. A Psicossociologia pode vir a ser uma ciência humana «de ponta», porque radicaliza todas as questões numa situação: para transformar o homem é necessário transformar o *contexto socio-cultural* em que ele vive e, com mais forte razão, o *contexto socio-económico*.

Assistimos lentamente a uma progressiva autonomização dessa nova linha de investigação e podemos até esperar que possa vir a incluir em si, a «justificar», as análises e os temas procedentes da Psicologia Social, através do estudo da multiplicidade de processos de «osmose» que se efectuam entre o meio-ambiente e o homem, da análise da importância do «adquirido» pela *formação* familiar, cultural ou profissional e pela *informação* a níveis mais vastos (meios audio-visuais, publicidade, educação, política, etc.).

Em última análise: já não é possível existir uma psicologia desligada dos factores socio-económicos e socio-culturais; mesmo uma Psicologia Social tem que admitir uma multidão de sub-factores a influir, a condicionar e, até, a determinar, não apenas o comportamento em grupos como, ainda, o comportamento individual. A Psicossociologia está muito próxima da Sociologia e da Economia e é *também Sociologia e Economia* e — só depois — Psicologia.

3. A inteligência geral: um problema de Psicossociologia?

Se já não existem dúvidas pertinentes sobre as influências activas dos factores socio-económicos e socio-culturais no comportamento grupal ou individual, levantam-se problemas quando vamos ao ponto de considerar se mesmo as próprias *capacidades intelectuais* estão ou não inseridas na dinâmica económico-social e cultural. O que equivale a propor a hipótese de que a *socialização* é um factor e uma força não só do comportamento individual ou colectivo, como ainda um processo (ou um retrocesso), influídor da inteligência, da capacidade de resolver problemas e situa-

ções, concretos ou abstractos. MAC DOUGALL, anote-se de passagem, soube analisar como as circunstâncias sociais estão na base até dos próprios processos de percepção do real. Poder-se-á, do mesmo modo, admitir que a *inteligência humana* é uma resultante de múltiplas circunstâncias sociais, económicas e culturais?

A *inteligência geral ou abstracta*, como é comumente denominada, seja a definida em termos tomistas, seja a definida pela análise factorial (que isolou, a partir de SPEARMAN, um factor G, modelo matemático, em última análise), tem sido considerada, por muitos, independente do duplo estatuto socio-económico e socio-cultural. Como se a inteligência fosse um *dom* e um *mistério*, quando muito um tudo-nada dependente da hereditariedade. O ser-se pouco, medianamente, ou muito, inteligentes, seria algo inscrito «ab initio» nas circunvoluções cerebrais de cada um de nós.

Ora, o que nos propusemos foi exactamente pôr em relevo que mesmo a inteligência geral, abstracta, necessita de um mínimo de condições sociais permitentes da sua evolução, porque, de outro modo, aparecerão elevadas percentagens de involuídos intelectualmente, frutos inevitáveis de carências de ordem cultural, que o mesmo é dizer, económica.

4. Um teste de «factor G»: o teste de Anstey

Foi nosso propósito, através de um teste do «factor G», tentar encontrar algumas possíveis correlações psicossociológicas entre as capacidades intelectuais (de educação, dedução, indução, etc.) e os níveis socio-económico-culturais.

Dos inúmeros testes de inteligência geral existentes, e validados pela análise factorial, utilizámos, para o objectivo que nos propusemos, o conhecido *teste dos dominós*, teste não verbal paralelo do das Matrizes Progressivas (RAVEN), da autoria de ANSTEY que aplicámos a uma amostragem da população portuguesa. E escolhêmo-lo porque os critérios de fidedignidade, validade e homogeneidade («correlação interna»), o tipo de respostas eliminadoras, quase por completo, da possibilidade de acerto por acaso, os índices de saturação no próprio factor «G», etc., fizeram desta prova uma das mais capazmente mensuradoras do nível geral de inteligência individual: anote-se apenas que a comprovação da «fidelidade teste-reteste» permitiu que se alcançasse o índice, altamente satisfatório, de .86, com uma fraquíssima saturação em factores não específicos (factor N = .05) (e com total ausência do factor de «visualização espacial»).

Dos múltiplos índices estatísticos obtidos com este teste de inteligência, apresentamos, resumidamente, alguns dos valores ob-

tidos com uma amostragem de população portuguesa submetida a esta prova de 48 questões:

- a) MÉDIA = 21,017 MEDIANA = 21,135 MODA = 21,371
 b) DESVIO-PADRÃO (Sigma) = 10,44
 c) PERCENTIS — Percentil 90 = 34,396
 » 10 = 6,48
 d) AMPLITUDE SEMI-INTERQUARTÍLICA (Q) = 7,851
 e) ASSIMETRIA = (— 0,034)
 CURTOSE = 0,281

5. Uma aplicação em Portugal do teste de Anstey

O teste de factor G, de ANSTEY, foi aplicado, em condições «standard», durante 1968, a 970 indivíduos do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 20-22 anos, e escolhidos *aleatoriamente* em todos os distritos do País.

Todos os distritos do Continente estiveram efectivamente representados nesta amostra populacional, com a distribuição quantitativa indicada no *Quadro n.º 1*.

QUADRO N.º 1

DISTRITOS	N.º absoluto por distritos	Percentagens aproximadas em relação ao total testado	% da população, calculada para fins de 1966, por distrito
Aveiro	52	5,36 %	6,1%
Beja	16	1,64 %	2,9%
Braga	62	6,39 %	6,0%
Bragança	28	2,88 %	2,6%
Castelo Branco	35	3,6 %	3,4%
Coimbra	28	2,88 %	4,7%
Évora	13	1,397%	2,4%
Faro	15	1,54 %	3,4%
Guarda	22	2,26 %	2,9%
Leiria	33	3,40 %	4,5%
Lisboa	253	26,0 %	16,3%
Portalegre	30	3,09 %	2,0%
Porto	163	16,8 %	14,1%
Santarém	53	5,4 %	5,1%
Setúbal	50	5,1 %	4,5%
Viana do Castelo ...	21	2,16 %	3,0%
Vila Real	39	4,06 %	3,6%
Viseu	39	4,06 %	3,6%
Com Prof. fora do País	18	1,85 %	

A aleatoriedade da amostra foi conseguida pela distribuição por sectores de produção económica.

Tivemos a preocupação de proceder a uma aplicação do teste apenas a indivíduos possuidores de profissões muito diversas, mas pouco remunerados.

As maiores percentagens de profissões dos indivíduos testados estão representadas pelas seguintes actividades:

Agricultores, pescadores, caçadores, silvicultores ...	11,85 %
Profissões liberais, directores, funcionários superiores	0,92 %
Empregados de escritório	8,65 %
Comerciantes e vendedores	3,00 %
Mineiros e operários de pedreiras	0,10 %
Transportes e comunicações	1,34 %
Operários qualificados	68,98 %
Desportistas e actividades recreativas	0,61 %
Profissões não definidas	4,63 %

Em suma — uma «secção transversal representativa» dos sectores menos protegidos, em princípio e de facto, da nossa população jovem, que o mesmo é dizer: provenientes das camadas socio-económicas «sub-desenvolvidas».

Da aplicação do teste de ANSTEY surgiram resultados múltiplos desde o mínimo de respostas certas (0) ao máximo de respostas certas (48). Procedemos, no entanto, ao agrupamento dos resultados por 5 níveis:

- 0 a 9 respostas certas: *muito inferior*
- 10 a 19 » » : *inferior*
- 20 a 29 » » : *normal ou médio*
- 30 a 39 » » : *superior*
- 40 a 49 » » : *muito superior*

Da aplicação a 966¹ indivíduos obtiveram-se os resultados agrupados, em percentagens, no *Quadro n.º 2*.

QUADRO N.º 2

Resultados obtidos no teste	% parciais	% acumuladas
40 a 48 respostas certas	3,8 %	100,0 %
30 a 39 » »	19,0 %	96,2 %
20 a 29 » »	32,9 %	77,2 %
10 a 19 » »	28,6 %	44,3 %
0 a 9 » »	15,7 %	15,7 %

¹ São por vezes diferentes os números totais da amostragem nos di-

Depreendemos dos resultados uma pequena (e naturalíssima) % de indivíduos intelectualmente muito superiores (3,8 %); em contrapartida, a % de 15,7 % de testandos mentalmente muito inferiores, não sendo de modo algum elevadíssima, é, no entanto, e desde já, um primeiro sintoma discriminativo de prováveis deficiências intelectuais não de todo facilmente imputáveis ao «acaso». De qualquer modo, cremos ser lícito concluir que o teste diferenciou satisfatoriamente os cinco níveis de inteligência, como acima expusemos.

Vamos, no entanto, aprofundar, por diversos sectores socio-económicos e culturais, estes mesmos resultados. É justo esperar, desde já, discriminações mais profundas, sempre extremamente significativas dentro do ponto de vista psicológico e sociológico.

Por cada uma das perspectivas em que vamos integrar os resultados gerais, seguiremos sempre a mesma metodologia:

1.º — Descrição breve do «*background*» socio-económico da sub-amostragem em questão;

2.º — *tabela de resultados (em %)* da sub-amostragem analisada;

3.º — *conclusões, no âmbito psicológico e sociológico.*

6. Nível intelectual e habilitações literárias

Analisemos agora os resultados, dentro de uma perspectiva socio-cultural restrita — por *habilitações literárias*. Neste campo foram estudados, estatisticamente, 957 testandos, assim distribuídos:

a) analfabetos; com a 1.ª classe ou com a 2.ª classe = 2,2 %

b) com a 3.ª classe = 12,8 %

c) com a 4.ª classe = 65,9 %

d) com frequência de qualquer ramo do ensino secundário, técnico ou liceal = 19,1 %.

Anote-se, desde já, a predominância de indivíduos com a 4.ª classe do Ensino Primário e os possuidores de alguma instrução e educação um pouco mais elevadas. Repare-se, no entanto, que (de acordo com o que previamente nos impuséramos) nenhum dos indivíduos testados era possuidor do 5.º ano liceal ou equivalente. O «máximo» de habilitações literárias cifrava-se exactamente na frequência do 5.º ano liceal ou equivalente.

versos aspectos em que a analisámos. Não resulta, evidentemente, de diferenciações quantitativas na amostra, mas de, em certos aspectos, não termos conseguido recolher os dados necessários sobre todos os indivíduos testados.

Atentemos, agora, no *Quadro n.º 3*.

QUADRO N.º 3

Resultados obtidos no teste	COM A 3.ª CLASSE		COM A 4.ª CLASSE		MAIS QUE 4.ª CLASSE	
		% Acum.		% Acum.		% Acum.
40 a 48 respostas certas ...	0,0 %	100,0 %	0,6 %	100,0 %	18,1 %	100,0 %
30 a 39 respostas certas ...	4,1 %	100,0 %	14,0 %	99,4 %	48,4 %	81,9 %
20 a 29 respostas certas ...	21,1 %	95,9 %	38,0 %	85,4 %	28,1 %	33,5 %
10 a 19 respostas certas ...	36,6 %	74,8 %	33,0 %	47,4 %	5,4 %	5,4 %
0 a 9 respostas certas ...	38,2 %	38,2 %	14,4 %	14,4 %	0,0 %	0,0 %
	N = 123		N = 632		N = 182	

- Vê-se, de imediato, que o maior peso de indivíduos intelectualmente *muito inferiores* pertence aos que possuem apenas a 3.ª classe (38,2 %) e que, em contrapartida, a maior % de sujeitos *muito superiores* pertence ao sub-grupo dos possuidores de habilitações superiores à 4.ª classe.
- Por outro lado, não se encontram (0,0 %) sujeitos mentalmente *muito superiores* no grupo com apenas a 3.ª classe. E dos sujeitos com melhores habilitações literárias é nula a % dos intelectualmente *muito pouco aptos*.
- Acrescente-se ainda que, dentro dos possuidores da 4.ª classe, não se observam grandes % de indivíduos intelectualmente muito superiores (0,6 %) — basta comparar com os 18,1 % encontrados nos indivíduos mais bem habilitados.
- Julgamos ser legítimo concluir-se por uma correlação nítida, muito positiva, entre *nível intelectual* e grau de *habilitações literárias*.

7. Nível intelectual e lugar de exercício da profissão

Tentámos de seguida descobrir uma possível correlação entre nível intelectual e o lugar de exercício da profissão, correlação que

é ao mesmo tempo de cariz socio-económico e socio-cultural, na medida em que resolvemos tomar em conta, também, os que, após a instrução primária, «emigraram» para as cidades ou centros urbanos e os que «imigraram» para zonas rurais, uns e outros para exercerem a sua profissão.

Além das cidades, foram considerados *centros urbanos* (de acordo com o I. N. E.):

Algés; Almada; Amadora; Barreiro; Cascais; Cova da Piedade; Ermesinde; Espinho; Gondomar; Matosinhos; Montijo; Moscavide; Peniche; Póvoa do Varzim; Queluz; S. João da Madeira; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia.

O pano-de-fundo socio-económico muito geral dos indivíduos analisados (N = 954) dentro desta perspectiva cifrava-se em:

- com a instrução primária e profissão actual, no mesmo distrito: 79,2 %
- com a instrução primária e profissão actual, em distritos diversos: 20,8 %

Aprofundando um pouco mais a relação entre o lugar da aprendizagem da instrução primária e o do exercício da profissão, encontrámos os valores que se seguem:

- instrução primária e profissões em zonas rurais: 59,5 %
- instrução primária e profissões em centros urbanos: 18,2 %
- instrução primária em *zonas rurais*; profissão em *centros urbanos*: 19,8 %
- instrução primária em *centros urbanos*; profissão em *zonas rurais*: 2,5 %

Repare-se na já larga percentagem (19,8 %) dos que emigraram para as cidades ou centros urbanos e na baixíssima % dos que realizaram o caminho inverso: das «cidades» para as «serras» — apenas 2,5 %. No entanto, a relativa maioria permaneceu nos lugares da instrução primária (59,5 %) ou, pelo menos, não «mudou» radicalmente de ambiente.

Vejamos a distribuição dos resultados no teste de ANSTEY (cfr. *Quadro n.º 4*):

QUADRO N.º 4

Instrução e lugar de exercício de profissão	INSTR. PRIM. E PRO-FISS. EM CENTROS URBANOS		INSTR. PRIM. E PRO-FISS. EM ZONAS RURAIS		INSTR. PRIM. EM ZON. RURAIS — PRO-FISS. EM CENTROS URBANOS	
		% Acum.		% Acum.		% Acum.
Resultados obtidos no teste						
40 a 48 respostas certas ...	7,4 %	100,0 %	2,0 %	100,0 %	4,8 %	100,0 %
30 a 39 respostas certas ...	34,7 %	92,6 %	13,2 %	98,0 %	19,0 %	95,2 %
20 a 29 respostas certas ...	33,5 %	57,9 %	31,0 %	84,8 %	38,1 %	76,2 %
10 a 19 respostas certas ...	19,3 %	24,4 %	34,1 %	53,8 %	25,4 %	38,1 %
0 a 9 respostas certas ...	5,1 %	5,1 %	19,7 %	19,7 %	12,7 %	12,7 %
	N = 176		N = 568		N = 189	

- Apesar de termos visto uma grande mancha de indivíduos permanentes em zonas rurais, é, todavia, nesse grupo que se encontram os menores quantitativos de sujeitos intelectualmente *muito superiores* (2,0 %).
- Em contrapartida, os que sempre viveram em *centros urbanos* aparecem-nos como mentalmente mais aptos. E os que, pela profissão, transitaram das zonas rurais para os centros urbanos, apresentam-se em «melhoria» intelectual em relação aos que permaneceram nos «lugares» não-urbanos da instrução.
- Os mentalmente *muito inferiores* surgem em maior % nos que nunca saíram das *zonas rurais*.

8. Nível intelectual nos distritos de Lisboa e Porto

A comparação dos resultados obtidos entre os que exercem a sua profissão no distrito de Lisboa e no do Porto, os dois centros mais representativos dentro das manchas do País, resumiram-se no *Quadro n.º 5*.

QUADRO N.º 5

	Profissão no distrito de LISBOA		Profissão no distrito do PORTO	
		freq. acum.		freq. acum.
40 a 48 respostas certas	9,1 %	100,0%	2,5 %	100,0 %
30 a 39 » »	27,3 %	90,9 %	19,7 %	97,5 %
20 a 29 » »	37,2 %	63,6 %	36,2 %	77,8 %
10 a 19 » »	18,6 %	26,4 %	31,8 %	41,6 %
0 a 9 » »	7,8 %	7,8 %	9,8 %	9,8 %
	N = 253		N = 163	

Embora as sub-distribuições não sejam muito divergentes, nota-se, todavia, que os que trabalham no distrito do Porto apresentam fraca percentagem (2,5 %) de sujeitos mentalmente *muito superiores* e altíssimo quantitativo de indivíduos mentalmente *inferiores* e *muito inferiores* (41,6 %, contra apenas 26,4 % em Lisboa).

Não nos é possível, de momento, detectar as razões últimas deste relativo «sub-desenvolvimento» intelectual do distrito do Porto em relação ao de Lisboa, mas talvez não seja de todo despendicienda a hipótese de o distrito do Porto englobar, no seu conjunto, um quantitativo maior de centros «não-urbanos», de aldeias, de ruralismo. Admitimos portanto que, em última análise, o que está em causa é a distanciação entre *centros urbanos* e *zonas rurais* que vamos, de seguida, descrever um pouco mais pormenorizadamente.

9. Nível intelectual em centros urbanos e zonas rurais

A distribuição dos resultados, nesta dupla perspectiva, é significativa por si própria. Apresentamos, no entanto, a precedê-la, os valores estatísticos fundamentais (vd. Quadros n.ºs 6 e 7).

- É nítida a baixa percentagem de indivíduos mentalmente *muito inferiores* e *inferiores* nas zonas rurais (51,9 %), ao tempo que é muito pequeno o quantitativo de indivíduos mentalmente *muito superiores* (2,3 %).
- A inteligência geral abstracta nas zonas rurais parece ter possibilidades muito mais restritas de se manifestar: basta

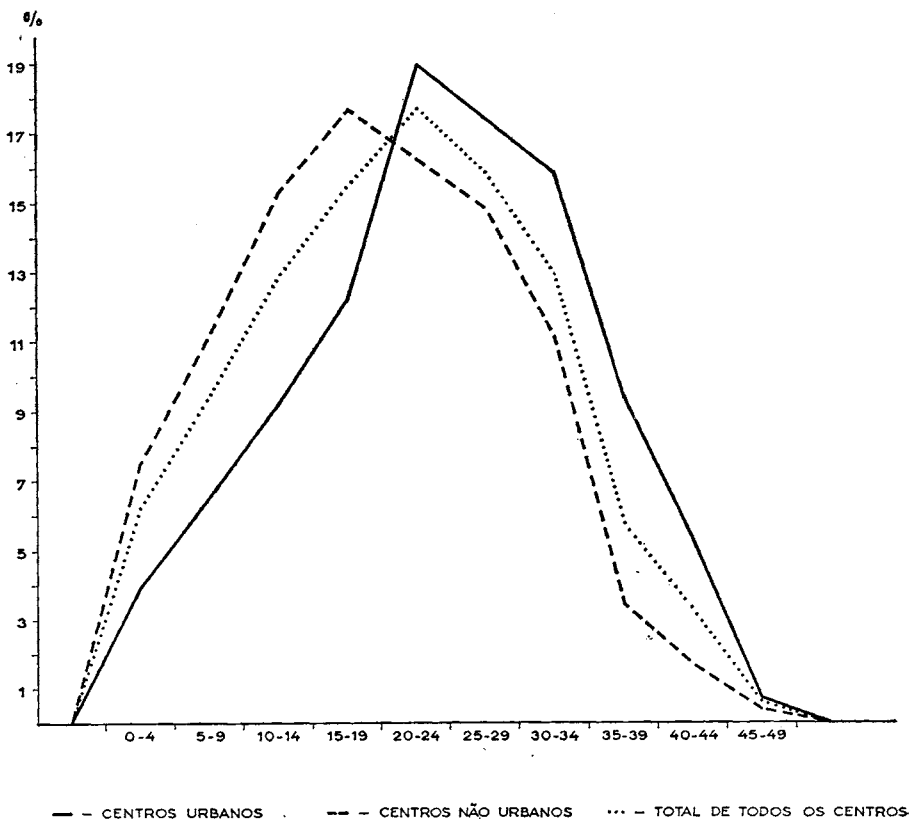
que reparemos nas três *curvas de distribuição* (ver gráfico), dos resultados e comparemos os resultados das zonas rurais com os dos centros urbanos. As assimetrias respectivas em relação à *curva de distribuição geral* (N = 967) mostram-nos imediatamente que as zonas rurais (N = 589) se encontram «à esquerda» das outras duas distribuições, índice notório de que o «*sub-desenvolvimento*» socio-económico e o *sub-desenvolvimento intelectual* aparecem nitidamente associados.

QUADRO N.º 6

Áreas sociais	Indicadores estatísticos	Média (M)	Mediana (Md)	Desvio-Padrão (σ)
	CENTROS URBANOS		23,82	24,22
ZONAS RURAIS		24,98	18,99	14,6

QUADRO N.º 7

Resultados obtidos no teste	Áreas sociais	ZONAS RURAIS		CENTROS URBANOS	
			freq. acum.		freq. acum.
40 a 48 respostas certas		2,3 %	100,0 %	6,1 %	100,0 %
30 a 39 » »		14,6 %	97,7 %	25,4 %	93,9 %
20 a 29 » »		31,2 %	83,1 %	36,6 %	68,5 %
10 a 19 » »		33,0 %	51,9 %	21,4 %	31,9 %
0 a 9 » »		18,9 %	18,9 %	10,5 %	10,5 %
		N = 589		N = 378	



10. Nível intelectual e vencimentos mensais

Terminaremos com um pequeno quadro que pressupomos, ao menos, curioso: a correlação entre a inteligência e os vencimentos mensais dos examinados, correlação bipartida em exemplos de distribuição em centros urbanos e zonas rurais.

QUADRO N.º 8

CENTROS URBANOS (N = 378)	— até 2.000\$00: 69,6 %
	— de 2.000\$00 a 3.500\$00: 24,1 %
	— 3.500\$00 ou mais: 1,8 %
ZONAS RURAIS N = 589	— até 1.500\$00: 53,1 %
	— de 1.500\$00 a 3.000\$00: 36,5 %
	— 3.000\$00 ou mais: 1,1 %

Vejamos em primeiro lugar (cf. *Quadro n.º 8*) parte da distribuição dos vencimentos (em percentagens); note-se que as zonas rurais apresentam deficiências sócio-económicas concretizadas nos quantitativos bastante grandes de indivíduos com baixas remunerações mensais.

QUADRO N.º 9

Resultados obtidos no teste de Anstey	Salários mensais		Até 1500\$00 em zonas rurais ou até 2000\$00 em centros urbanos		De 1500\$00 a 3000\$00 em zonas rurais ou de 2000\$00 a 3500\$00 em centros urbanos	
			freq. acum.	freq. acum.		
40 a 48	2,1 %	100,0 %	6,5 %	100,0 %		
30 a 39	16,0 %	97,9 %	23,6 %	93,5 %		
20 a 29	33,5 %	81,9 %	37,2 %	69,9 %		
10 a 19	29,5 %	48,4 %	23,8 %	32,7 %		
0 a 9	18,9 %	18,9 %	8,9 %	8,9 %		
	N = 576			N = 306		

Depreende-se, de imediato, do *Quadro n.º 9*, que é o sub-grupo com menor quantitativo salarial (até 1 500\$00, em zonas rurais, até 2 000\$00 em centros urbanos) que apresenta, ao mesmo tempo, altos índices de «deterioração» mental (18,9%) e fraco índice de nível intelectual muito superior (2,1%).

Vejamos agora o quadro distributivo combinado (vencimentos e zonas urbanas ou rurais) dos resultados obtidos no teste de ANSTEY (cfr. *Quadro n.º 10*).

QUADRO N.º 10

Resultados obtidos na prova	Salários auferidos por mês		Até 1500\$00 em zonas rurais		Até 2000\$00 em centros urbanos		De 1500\$00 a 3000\$00 em zonas rurais		De 2000\$00 a 3500\$00 em centros urbanos	
	%	freq. acum.	%	freq. acum.	%	freq. acum.	%	freq. acum.	%	freq. acum.
40 a 48	1,3	100,0 %	3,1	100,0 %	4,1	100,0 %	12,1	100,0 %		
30 a 39	9,6	98,7 %	23,6	96,9 %	20,5	95,9 %	30,8	87,9 %		
20 a 29	30,4	89,1 %	37,2	73,3 %	37,7	75,4 %	36,2	57,1 %		
10 a 19	33,5	58,7 %	24,7	36,1 %	28,9	37,7 %	12,1	20,9 %		
0 a 9	25,2	25,2 %	11,4	11,4 %	8,8	8,8 %	8,8	8,8 %		
	N = 313		N = 263		N = 215		N = 91			

Não salientamos a distribuição dos que nos centros urbanos auferem vencimentos iguais ou superiores a 3 500\$00 e dos que nas zonas rurais auferem vencimentos iguais ou superiores a 3 000\$00 dado o seu muito pequeno significado quantitativo percentílico (1,8 e 1,1 %, respectivamente).

Desnecessário, cremos, se torna salientar, uma vez mais, a «predominância intelectual» dos centros urbanos. Repare-se, no entanto, que mesmo sem atendermos ao facto de pertencerem ou não a centros urbanos, são os conjuntos com *maiores vencimentos* que apresentam *melhores níveis intelectuais*.

Em contrapartida, e como é patente na primeira sub-amostragem (vencimentos inferiores a 1 500\$00 em zonas rurais), são os indivíduos com vencimentos mais baixos que apresentam as maiores % de níveis mentais *muito inferiores* e o menor quantitativo de intelectualmente *muito superiores*.

11. Conclusões

Julgamos ser suficiente o conjunto de dados apresentados para que fique patente que existe correlação entre *nível mental* e *níveis socio-económicos e culturais*. Independentemente da imperfeição ou da escassa dimensão de certas sub-amostragens, independentemente até do carácter restrito dos níveis profissionais e habilitacionais considerados ou do período etário escolhido, está bem manifesta a correlação (não simplesmente matemática ou estatística, acrescente-se) entre os dados da psicologia e os factores sociais e culturais.

Se fizermos um *quadro-resumo* dos sujeitos examinados por níveis mentais, respectivamente «muito superior» e «muito inferior», repararemos no que, agora, já é óbvio (cf. *Quadro n.º 11*).

QUADRO N.º 11

NÍVEL MENTAL MUITO SUPERIOR	Examinados com habilitações superiores à 4. ^a classe. (18,1 %)	Com a instrução primária e a profissão em centros urbanos. (7,4 %)	Com a profissão em centros urbanos. (6,1 %)	Com vencimentos mensais de 2000\$ a 3500\$ em centros urbanos (12,1 %)
NÍVEL MENTAL MUITO INFERIOR	Examinados com apenas a 3. ^a classe. (38,2 %)	Com a instrução primária e a profissão em zonas rurais. (19,7 %)	Com a profissão em zonas rurais. (18,9 %)	Com vencimentos mensais até 1500\$ em zonas rurais. (25,2 %)

Se compararmos com a *média* dos resultados obtidos pelo conjunto populacional total, nestes mesmos dois níveis mentais extremos (respectivamente 3,8 %, *muito superior*, e 15,7 %, *muito inferior*), mais notória será a *discriminação sociológica* que está como pano-de-fundo da *discriminação psicológica*: os menos instruídos, os menos «urbanizados», os menos remunerados, possuem menor capacidade de resolução de problemas ou situações.

É lícito, todavia, admitir que, no fundo, as variáveis utilizadas (habilitações literárias, locais de instrução primária e de profissão, centros urbanos e zonas rurais, etc.) de modo algum devam ser admitidas como variáveis sociológicas *independentes*. É natural que, em média, o examinado possuidor de maiores habilitações, aufera também maiores vencimentos mensais, por exemplo; natural é também (sirva como segundo exemplo) que sujeitos apenas com a 3.^a classe, na sua maioria, sejam representantes de profissões em zonas rurais, por razões, diríamos, «antiquíssimas e idênticas». Estas variáveis são em certa medida, «*tauto-sociológicas*»: exprimem de ângulos diversos a mesma perspectiva, a mesma hipótese de trabalho que nos orientou — a de que o *sub-desenvolvimento socio-económico* e «*a fortiori*» *cultural* têm inegável peso no próprio *nível mental*, isto é, no desenvolvimento da inteligência geral abstracta, como forma fundamental da aptidão dos indivíduos, dentro do desenvolvimento individual e social.

Seja-nos permitido pôr em relevo as graves incidências (na educação, no nível de rendimento de cada aluno, no Ensino, ou de cada trabalhador, na profissão, etc.) que acarretam os múltiplos obstáculos que apontam inelutavelmente para as estruturas sociais, económicas e culturais condicionantes (quando não impeditivas) dos comportamentos individuais ou colectivos.

E este remeter para múltiplos factores (já não restritamente psicológicos) não permite que a investigação seja puramente *descritiva*: tem de assumir uma *função crítica* dos dados ou estruturas subjacentes à investigação.

Esta, aliás, poderá — e deverá — intervir a favor de, ou contra, estruturas existentes ou a criar, sejam elas dos limitados campos do Ensino ou do trabalho, nas pequenas ou grandes unidades de produção, sejam elas factores intervenientes nos «modelos» sociológicos, económicos, políticos ou culturais que enformam — e deformam, por vezes, — o pensar, o sentir e o agir do homem, esse «animal socializado».